

Ata da Audiência Pública, para Explicação e Análise do Resultado das Metas Fiscais Relativas ao Terceiro Quadrimestre de 2016, desta Prefeitura Municipal de Itobi.

Aos treze dias (13) do mês de março do ano dois mil e dezessete (2017), no Plenário da Câmara Municipal de Itobi, localizada na Rua Sete de Setembro, 558, Centro, neste Município de Itobi-SP, com início às vinte horas e trinta minutos, o Senhor Carlos Wilson Urbano – Diretor de Finanças da Prefeitura Municipal, procedeu a abertura da Audiência Pública, para demonstração e avaliação dos cumprimentos das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de dois mil e dezesseis (2016), desta Prefeitura Municipal, na qual Presidirá a mesma. Dando prosseguimento na mesma, esclarece que se encontram presentes na referida audiência pública, os Membros que compõem a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, José Donizeti Farrampa, como Presidente, Luiz Carlos Pereira Junior, como Relator e Vera Lúcia Alves, como Membro. Como também se encontram presentes os Senhores Vereadores Armando Cariati, Francisco Roberto Lourenço de Souza, Edgar Martins, Marcos Escames Felix da Silva e Reinaldo Delatorre. Como também a presença da população Itobiense, conforme lista de presença da mesma. Digo que estou aqui para presidir a realização dessa Audiência Pública, para expor os números que a Prefeitura fechou no exercício de dois mil e dezesseis. Na ocasião nomeio para Secretariar os Trabalhos o Senhor Alexandre Pereira dos Santos. Dando prosseguimento, irei expor os quadros elaborados e se houver alguma dúvida, podem perguntar que irei explicando conforme necessário. A Prefeitura todo final de ano para o ano seguinte, ela faz a Lei do Orçamento, então no dia dez de dezembro do ano de dois mil e quinze foi aprovada por essa Casa de Leis, o nosso orçamento para o ano de dois mil e dezesseis, que ficou estimado em uma Receita de dezesseis milhões e setecentos e setenta e um mil reais, essa era a previsão de arrecadação, é o que a gente montou o orçamento do município, para poder administrar com uma certa tranquilidade. O primeiro relatório a ser analisado, sendo que vou definir um a um para que todos saibam o que significa. Receita Corrente Líquida, que é o primeiro relatório, ela está definida de conformidade do a Lei Complementar 101, que corresponde aos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal, é o parâmetro de verificação dos principais limites a serem cumpridos pelo Município. Então é a base de cálculo para apuração do comprometimento da Prefeitura em gasto com pessoal, apuração para a capacidade de endividamento, pagamento de precatórios judiciais, serviços de terceiros e outros. Sendo que sua apuração é sempre por doze meses de apuração, dependendo do momento necessário para esse cálculo, independente do ano civil. Então você pode fechar sua receita corrente líquida dependendo do que você precisa dela, de fevereiro a janeiro, ou seja doze meses sempre, sendo que se você pegou em maio, será fechada em abril do ano seguinte, e você pode tirar o relatório a qualquer momento para calcular qualquer desses posicionamentos. Então em uma previsão, de uma Lei Orçamentária aprovada no valor de dezesseis milhões e setecentos e setenta e um mil, nós realizamos somente de receita, quinze milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais, sendo que ficamos com um milhão e cem abaixo do que foi previsto. Digo que por isso que a Prefeitura tem que controlar bem suas finanças, pois a gente previu, fez o orçamento em cima de um valor e não conseguimos realizar esse valor. Então com isso a gente tem que diminuir tudo, tem que prestar atenção na folha de pagamento, sendo que às vezes não pode contratar, porque

tudo estava previsto dentro de dezesseis milhões, mais realizou menos, então você tem que em cada área tirar um pouco para você poder fechar o ano civil da Prefeitura. Agora vamos analisar o resultado primário, quando você olhar no relatório ele vai indicar se os níveis de gastos orçamentários realizados no período são compatíveis com a arrecadação, que são as receitas recebidas, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias e se o que você recebeu no período, está dentro daquilo que gastou, ou seja, se está endividando a Prefeitura ou não. Então nós tivemos no ano de dois mil e dezesseis, uma receita corrente líquida de quinze milhões e nós realizamos de empenho em dois mil e dezesseis, doze milhões, setecentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e quatro reais, quer dizer a Prefeitura arrecadou quinze mil e seiscentos e só gastou doze e setecentos. Então tivemos um superávit orçamentário, com isso a Prefeitura ficou controladinha no ano passado, sendo que sobrou até dinheiro no caixa. Nós tivemos um superávit aqui de dois milhões, novecentos e trinta e dois mil reais. Referente ao resultado nominal, representa o resultado entre todas as receitas arrecadas no período, pode ser mensal, bimestral, quadrimestral, semestral ou anual, o nosso aqui é quadrimestral, mas também está sendo anual, porque está fechado o ano de dois mil e dezesseis. Geralmente para fechamento de balanço anual é apurado no dia trinta e um de dezembro de um determinado ano, em relação a trinta e um de dezembro do ano anterior. E todas as despesas empenhadas incluindo juros e dívidas, menos o saldo da dívida anterior. Então o nosso resultado nominal no ano de dois mil e dezesseis ficou em um milhão, trinta e um mil e quatorze reais, sendo que isso é o que passamos com dinheiro disponível em nosso caixa, é o que temos de dinheiro na Prefeitura, menos a dívida que foi passada para a gestão seguinte e menos o valor de trinta e um de dezembro do ano dois mil e quinze. Então o que sobrou aqui, sobrou um milhão e setecentos, ele aparece negativo, mas como é uma conta ativa da Prefeitura, que são os direitos, é o que a Prefeitura tem na parte financeira, isso é o dinheiro, sendo que ele aparece negativo no relatório porque é ativo, mas na verdade ele é positivo, é dinheiro em caixa, é a sobra do dinheiro da Prefeitura depois de pago todas as despesas, até o dia trinta e um, esse é o dinheiro que passou para a atual administração, só que aí está todas as verbas tarimbadas que são os Pabs, dinheiro da saúde e o que sobrou de convênio. Digo que depois vai ter o relatório de caixa, e se for interessante falo especificadamente por conta. Por uma questão de ordem faz uso da palavra o Vereador José Donizeti Farrampa, nesse valor está incluído o salário de janeiro, pago em dois mil e dezessete. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, esse é o dinheiro que passou líquido no caixa, já pago o salário de dezembro e décimo terceiro. Faz uso da palavra o Vereador José Donizeti Farrampa, então em janeiro não usou para pagar o salário, isso é uma sobra mesmo. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, sim, isso é uma sobra mesmo, uma sobra que está guardada lá, para a gente usar agora, para o Prefeito programar alguma coisa para o Município. Como já disse, nem todo esse dinheiro a Prefeitura pode usar. Faz uso da palavra o Vereador José Donizeti Farrampa, o prédio de quatrocentos e oitenta mil também já foi pago no ano de dois mil e dezesseis. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, tudo foi pago, esse dinheiro sobrou, está guardando em uma poupança para se fazer alguma coisa que for interessante para o Município. Faz uso da palavra o Vereador Marcos Escames Felix da Silva, esse valor apurado de um milhão setecentos e noventa e um. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, como já disse, esse valor é um valor citado no relatório para poder ver a situação de endividamento da Prefeitura, como exemplo se a Prefeitura tivesse quatro milhões de dívida registrada em balanço e tivesse só dois mil em caixa, estaríamos com um déficit de dois milhões, concorda

comigo. Como temos somente um milhão de dívida registrada em balanço até o dia trinta e um, e ela tem dois milhões e setecentos no caixa, sobrou um milhão e setecentos, isso para achar a capacidade de endividamento de poder assumir compromisso. Faz uso da palavra o Vereador Marcos Escames Felix da Silva, a receita que estava prevista no orçamento, foi um pouco mais de dezesseis milhões, depois a receita realizada foi quinze mil, quer dizer, foi menor, isso não estava previsto a repatriação do dinheiro do imposto de renda e a incidência do ITBI. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, se não fosse isso, teríamos aproximadamente um milhão a menos, por isso que sobrou esse valor para a atual administração. Faz uso da palavra o Vereador Marcos Escames Felix da Silva, digo que a previsão ficou aquém. Retoma a palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, digo que iria fechar no zero a zero, fechou com sobra porque teve a repatriação e a venda da Fazenda, que entrou um dinheiro, sendo uma receita nova. No boletim de caixa, estão todas as contas da Prefeitura, onde tem que controlar tudo, pois cada verba é para gastar de uma forma, e você não pode gastar de forma errada, se você gasta errada o Tribunal pega e depois o Prefeito responde. No dia trinta e um de dezembro no caixa da Prefeitura em dinheiro, passou oito mil e quinhentos e vinte e sete reais. Na ocasião explana detalhadamente todas as contas e os valores, especificando as que têm que zerar, ou seja, devolver para o Estado e a data que tem para ser feito isso. Especifica que a conta do CMDCA, que passou com um pouco mais de três mil reais, hoje com os gastos desse ano, está aproximadamente com dois mil reais, sendo que comprova que não chegou dinheiro nenhum para isso. Digo que cada coisa que a Prefeitura faz, tem que ter uma conta específica, não pode misturar dinheiro, tem que gastar cada um em seu lugar. Esclarece que tem conta de recursos próprios em vários setores da Prefeitura, como saúde, educação e outros. Digo que temos um convênio da saúde, referente a verba para compra de um veículo, onde já foi aberto para ser licitado duas vezes, e por duas vezes por recurso teve que cancelar o certame, pois hoje em dia pode participar sem ser concessionária, sendo que tem estacionamento que vende carro zero que quer participar, mas ele não pode, sendo que é uma coisa que está na Justiça, onde o Jurídico está analisando. Esclarece também que tem um uma conta que é convênio da saúde de água do Bairro lá em cima, que está difícil de ser concretizada a licitação, devido o valor do convênio, onde parece que agora irá dar certo. Esclarece que a somatória de todos os valores das contas dá o valor que ficou em conta, sendo que tem conta que o dinheiro somente pode ser usado com coisas específicas. Referente ao relatório de restos a pagar, ele está zerado, porque não houve nenhum resto a pagar, a Prefeitura passou sem nenhum resto a pagar, em todos os relatórios, sendo que são quatro relatórios diferentes, mas todos estão zerados. Sobre a aplicação na saúde, o fechamento nós somos obrigados a aplicar por Lei quinze por cento da receita em saúde, foi aplicado vinte e sete, noventa e nove. Aplicou-se quatro milhões, cento e cinquenta e quatro na saúde. Então veja que foi bastante dinheiro, sendo que às vezes falta remédio, onde o pessoal reclama de médico, mais foi bastante assistida no ano de dois mil e dezesseis. Na educação, o mínimo por Lei é vinte e cinco por cento, sendo que fechou o ano de dois mil e dezesseis com uma aplicação de vinte e cinco, trinta e seis por cento, sendo que fechou com uma porcentagem mínima acima do exigido pelo limite constitucional, mas foi atendido o exigido por Lei, sendo que aqui nessa porcentagem está a aquisição do prédio, sendo que está contabilizado e pago e está na aplicação. Em pagamento com pessoal, em uma receita de quinze milhões, nós gastamos seis milhões quatrocentos e vinte e três e seiscentos e treze, o que deu um total aplicado de quarenta, noventa e nove e a gente pode comprometer com a folha de pagamento, até cinquenta e quatro por cento da nossa receita líquida,

que seria oito milhões e quatrocentos, sendo que ficou uma porcentagem bem aquém do limite que até o Tribunal exige que é de cinquenta e um, trinta. Digo que agora vem a parte que mais judiou da administração nesses oito anos, essa dívida herdada foi na casa dos sete milhões de reais. Então a nossa dívida é composta de consolidada ou pública, que refere com as dívidas de INSS, Fundo de Garantia, mais os precatórios e também a dívida fundada, que é a somatória da dívida consolidada, mais as dívidas de débitos parcelados com acordos acima de doze meses, seja ela pública ou privada, ou seja, essas dívidas são da companhia paulista, que vai terminar agora em vinte de junho do corrente, que a gente vem pagando mensalmente seis mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos, que ainda falta quarenta, sendo que vamos zerar os quarenta. A CETESB, que foi a multa aplicada quando era lixão ainda, que depois que virou aterro sanitário, que a gente regularizou isso, nunca mais aconteceu. Então tem uma dívida que termina só em vinte de março de dois mil e vinte, que é pago dois mil, trezentos e vinte reais por mês, ela tem um total de mais de noventa mil para pagar, e a outra também com a CETESB, que termina em maio de dois mil e vinte, no valor de aproximadamente quarenta e três mil reais. Então a nossa dívida consolidada fica em torno de um milhão e vinte reais, e setenta e três centavos, que é o INSS e o Fundo de Garantia, mais a dívida fundada, sendo que esse valor vai sair somente no balanço, não sai no relatório exposto. Quer dizer ficou em caixa dois milhões e a gente passou um milhão, cento e noventa e quatro mil de dívida que herdamos. Então sobra um milhão e setecentos mil livres para o atual Prefeito. Digo que essa dívida não tem nada haver com a administração Alexandre Toribio, essa é dívida que foi herdada de administrações anteriores, pois dos oito anos da administração do Alexandre Toribio não ficou nada, tudo foi pago. Digo que tudo foi enviado via Audesp ao Tribunal de Contas. Essa é a situação da Prefeitura Municipal de Itobi, no fechamento do ano de dois mil e dezesseis, isso era o que eu tinha a expor, sendo que deixo aberto a quem queria tirar dúvidas. Faz uso da palavra o Vereador José Donizeti Farrampa, digo fizemos um Requerimento sobre isso, mas aproveitando que o Senhor está aqui, podemos falar, em relação a verba do carnaval ele foi uma verba específica, uma verba de outro setor, de onde foi tirado o dinheiro para o carnaval, que é uma coisa que o pessoal cobra muito a gente, onde falam que não tem dinheiro para isso, ou para aquilo, mas tem dinheiro para fazer o carnaval, só para explicar e a gente poder falar de onde saiu esse dinheiro. Faz uso da palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, digo que já ouvi muitas vezes gente na Rua que fala que o Prefeito sumiu com o dinheiro do carnaval, em vez de fazer uma festa fez outra, gastou o dinheiro e ele sumiu, sendo que tem gente que fala até valor, fala que vem trezentos, quatrocentos até quinhentos mil para fazer carnaval. Então vamos esclarecer isso hoje, não vem verba de lugar nenhum para nenhum carnaval e nenhuma festa que a Prefeitura realiza, seja dia da cidade, carnaval, ela saiu do recebimento da receita normal da Prefeitura, ICM, FPM, IPTU, e das demais receitas, nunca veio dinheiro específico para Município nenhum e nunca virá. É que os Municípios começou a fazer essas festas, mas é feito com dinheiro próprio do Município. Faz uso da palavra o Senhor Alexandre Pereira dos Santos, digo que para a realização do carnaval não vem verbas, somente é feito parcerias com o SESC e Secretaria da Cultura, que proporciona um show, sendo que ele mesmo que pagam o cachê, onde a Prefeitura somente entra com uma contrapartida no que é necessário. Faz uso da palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, essa parceira é feita através da Secretaria da Cultura da cidade entre o SESC ou Secretaria Estadual de Cultura, para a fazer um show, como já tivemos na cidade, só que eles mandam e pagam, sendo que o dinheiro não vem para o Município, eles mesmo pagam por lá, somente vem o artista se apresentar na cidade.

Faz uso da palavra o Vereador Luiz Carlos Pereira Junior, pergunto se Vossa Senhoria tem o gasto exato com a festa do carnaval de Itobi. Faz uso da palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, não ainda tenho em mãos, pois as notas estão chegando para serem pagas. De imediato não temos respostas. Mas logo que tenha mandaremos o valor. Mas foi feito dentro do limite de gasto que a Prefeitura pode gastar, conforme foi feito nos anos anteriores, sendo que trabalhamos com o pé no chão. Faz uso da palavra o Vereador José Donizeti Farrampa, na audiência passada, foi dito que seria devolvido um valor do dinheiro do campo, ele foi devolvido mesmo. Faz uso da palavra o Senhor Carlos Wilson Urbano, foi devolvido trinta e dois mil, sendo que iria trocar toda a grama, mas ficou resolvido que iria somente repor o que era necessário, pois o custo seria muito maior que o valor devolvido. Não havendo mais manifestação por parte dos Vereadores e pessoas presentes e mais nada a ser tratado, o Senhor Carlos Wilson Urbano, agradece a presença de todos, desejando-lhes uma boa noite a todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.